

A LAICIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

EDRIANO PEREIRA DA SILVA

Discente do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, bolsista do Programa de Educação Tutorial-PET Pedagogia. E-mail: edrianopereira@hotmail.com

ANDRESSA ARRUDA DE LIMA

Discente do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, bolsista do Programa de Educação Tutorial- PET Pedagogia. E-mail: dessa_laura@hotmail.com

ALEKSANDRA NOGUEIRA DE OLIVEIRA FERNANDES

Profª. Esp. da Faculdade de Educação- FE da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN. E-mail: aleksandranogueira@outlook.com

Introdução

Este trabalho apresenta um breve histórico sobre a laicidade do estado, destacando os aspectos fundamentais para a garantia da liberdade de expressão, religiosa, filosófica e cultural, apontando fatos históricos que ocorreram ao longo da história do Brasil, onde são registrados os primeiros traços de um estado laico e democrático, e também atualidades relacionadas ao tema proposto, que ainda é tabu em nossa sociedade conservadora e religiosa, sendo assunto debatido no âmbito das políticas públicas e no meio social, causando divergências e polêmicas nos vários segmentos sociais.

Esta realidade apontada em relação a laicidade do estado reflete também no espaço escolar, sendo esta parte do corpo social. A escola brasileira, nascida no berço religioso, passou por várias mutações com o intuito de atender as novas demandas sociais, passando de um domínio religioso a um espaço laico e a administração de responsabilidade do Estado, tornando-a pública, Alves (2005).

Estes embates em relação a laicidade da escola não vem sendo considerada pelas seguintes razões: a permanência de elementos religiosos impregnados na rotina e no currículo, expressando uma religiosidade em detrimento da crença alheia, a qual deveria expressar-se somente na vida privada dos indivíduos e a impreg-

nação de uma religião majoritária nos espaços públicos sendo uma maneira de repressão as liberdades individuais marcadas pela diversidade e pluralidade de ideias e culturas diversas, sendo a escola um espaço onde a complexidade cultural é prevacente.

Consideramos que o presente trabalho é de suma importância para a reflexão em relação a uma escola laica, democrática e plural, como meio de garantir a liberdade de expressar as diferentes ideias, crença e o bem estar dos indivíduos que a compõe, tornando-a um ambiente harmônico e agradável.

O artigo apresenta as seguintes partes: “Breve histórico sobre a laicidade no espaço escolar”, situando o nascimento da mesma e suas raízes religiosas. Na segunda parte: “A escola como um espaço laico”, apresenta a instituição escolar como um espaço de liberdade e bem estar dos indivíduos. Ao final: “Embates na atualidade brasileira”, abordaremos as problemáticas no âmbito das políticas educacionais no tocante a liberdade de crença e liberdades individuais nos espaços escolares e da sociedade como um todo.

Breve histórico sobre a laicidade no espaço escolar

O Brasil como colônia de Portugal tem em suas raízes fortes ligações religiosas e culturais, provindas de um país europeu de religião Católica Apostólica Romana, dessa maneira possui uma grande diversidade e fé.

Quando os jesuítas chegaram em meados do século XVI, tinham o propósito de converter os índios nativos a fé católica e também combater a antigos inimigos da igreja, os árabes e judeus. Porém a Companhia de Jesus fundada por Inácio de Loyola, utilizava recursos como a educação como meio de convencer pessoas a aderir à fé católica, pois a companhia de Jesus viu-se obrigada a inovar seu proselitismo devido ao crescimento das “seitas” protestantes e do islamismo.

No interior da Contra-Reforma, por outro lado, não deve ser desprezada a nova importância de que se revestiu a educação

como instrumento de conquista dos fiéis e, por isso, da difusão da religião católica por todo o universo (ALVES, 2005, p. 625).

Os Jesuítas regeram a educação no Brasil durante duzentos e dez anos, até 1759, quando foram expulsos das colônias portuguesas pelo marquês de Pombal, primeiro ministro de Portugal. As escolas dos jesuítas como o seu patrimônio foram confiscadas deixando uma enorme lacuna a ser preenchida. Nesse período o Latim, Grego, Filosofia e Retórica foram instituídos no currículo escolar. Essa época ficou conhecida como período pombalino (1760-1808).

A reforma pombalina introduziu as aulas Régias, e o Estado passou a assumir a responsabilidade com a educação. Muitos foram os obstáculos encontrados para que o ensino se tornasse laico, pois os professores eram oriundos dos Colégios jesuítas com formação sacerdotal. Durante os treze anos de transição, foram mantidas as mesmas características literárias e religiosas, mas caiu a qualidade do ensino. Os métodos pedagógicos de varas de marmelo e palmatórias de sucupira eram usados como armas para manter a autoridade e o respeito. (Barbosa, 2010, p.45).

Nesse período o ensino passou da responsabilidade das mãos dos jesuítas para outras pessoas ligadas a Igreja Católica, apesar da reforma promovida pelo marquês de Pombal, ainda não foi instituída uma escola laica, de acordo com Ranquetat (2007, p.165): “Os meninos aprendiam a ler e escrever através de livros religiosos. Assim, simultaneamente com a alfabetização ocorria a doutrinação das crianças de acordo com os princípios da religião católica”.

A educação no Brasil Império deu-se logo após a chegada da família real ao nosso solo em 1807, quando trouxeram todos os arquivos portugueses e cerca de sessenta mil livros. Após a declaração da independência (1822), na elaboração da constituição de 1824 elaboraram-se as bases para o novo sistema educacional.

Nesse período surgiu o ensino primário e o ensino superior, como também as escolas privadas. Werebe (1994) escreveu sobre

sua finalidade: “Com a finalidade estritamente utilitária, de caráter profissional, visando formar os quadros exigidos por essa nova situação”. (WEREBE,1994, p. 09). Porém a educação nesse período ainda era de caráter religioso.

No período republicano é inaugurada a escola nova, em que havia alguns intelectuais inspirados nos ideais político-filosóficos pela igualdade entre os homens e pela educação para todos. A escola nova ganhou força na década de 30, quando houve a publicação do manifesto da escola nova, onde se encontra um trecho abordando a importância da educação e a escola laica:

[...] A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas [...]. Manifesto dos Pioneiros da Educação (2006, p.193).

A partir desse manifesto e da ideia de uma escola nova, apoiada nos direitos fundamentais do ser humano, é possível pensar em uma escola laica com maior profundidade na realidade brasileira, entretanto esse manifesto não obteve êxito em alguns pontos referentes a garantia de uma escola laica, pois ainda existem resquícios de doutrinação nos espaços de aprendizagem.

A escola como um espaço laico

A escola é o lugar propício do ensino sistematizado e formal, ganhou esse status após a Revolução Industrial no final do século XIX, quando esta foi massificada e popularizada e com isto inúmeros contingentes adentravam em suas fileiras, formando um ambiente plural e diverso, para isso sempre foi pensado como a escola enfrentaria esse novo paradigma, da heterogeneidade.

Dentre a heterogeneidade de ideias e opiniões, encontra-se a diversidade religiosa e de credo que os indivíduos trazem de seus grupos sociais a qual pertencem e os tem como sagrado. Nesse contexto os sujeitos que compõem a escola trazem esses traços característicos de seus grupos de referência, marcando a sua presença no espaço escolar, no meio dessa complexidade ocorrem divergências por conta das contradições de ideias, segundo Laraia (1986, p.69):

A nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade [...].

Em meio a esse embate a garantia da laicidade da escola é de suma importância para mediar e solucionar esses conflitos existentes no espaço escolar, sendo tais contradições motivos do desvio do real objetivo da escola, isto é, proporcionar o ensino e a aprendizagem, bem como preparar os indivíduos para atuarem na sociedade em que vivem e também transformá-la.

A laicidade, em virtude das reflexões particularmente nascidas destes problemas, é desde então concebida como um factor [sic!] que favorece a construção de uma sociedade livre, mas ansiosa por uma cidadania comum, activa [sic], que partilhe os ideais republicanos e democráticos – excluindo, por conseguinte, as particularidades antagónicas [sic!]. (Arenilla 2000:299).

Na legislação brasileira, no que tange a garantia da escola laica está assegurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB, Lei 9.394/1996, o seguinte artigo nº 33:

O ensino, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Este artigo discorre sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas, destacando que este é facultativo nos horários normais das aulas, sendo que os alunos não estão obrigados a participarem da aula. Vale ressaltar que no artigo deixa claro que são vedadas qualquer forma de proselitismo, ou seja, doutrinação de algum credo, as aulas devem apenas apresentar as diversas religiões em seus aspectos históricos, culturais e sociais.

Na realidade o que vem acontecendo na prática de sala de aula é o oposto do que a lei estabelece, pois a formação dos professores em alguns aspectos deixa muito a desejar, por isso alguns profissionais da educação não encontram-se devidamente preparados para ministrar esta disciplina, porque estão familiarizados com a crença ou religião que segue, dessa maneira consciente ou inconscientemente este repassa os valores e ensinamentos de seu credo, em detrimento de outros crenças, ocorrendo uma doutrinação. Segundo Fischmann (2009):

A escola pública não pode se transformar em centro de doutrinação ao sabor da cabeça de um ou de outro. O espaço público é de todos. Além disso, o respeito à diversidade é um conteúdo pedagógico. É importante aprender a conviver com as diferenças e a valorizá-las e não criar um ambiente de homogeneização, em que aquela pessoa que não se enquadra é deixada à parte ou vista com desconfiança e preconceito.

O espaço escolar precisa ser um ambiente neutro em relação as diferentes crenças para ocorrer a tolerância em relação a todas a elas. Em relação ao ensino religioso, este é um conhecimento crucial, pois possibilita a todos conhecer um pouco de cada cultura e a partir desse conhecimento quebrar alguns paradigmas ou preconceitos.

Outro aspecto a destacar no espaço escolar é a impregnação de orações nas rotinas, momento em que todos os alunos, independente do seu credo deve realizar a oração imposta pelo professor, dessa forma prevalece a vontade e a autoridade do professor sobre

os alunos, desenvolvendo uma relação vertical e a pregação de uma religião predominante.

Embates na atualidade brasileira

A laicidade do estado brasileiro é assegurado por lei e pela Constituição Federal de 1988, esta estabelece a submissão das várias entidades religiosas existentes no Brasil ao Estado e as autoridades constituídas, sendo estas responsáveis pela ordem e pela harmonia entre os diferentes credos religiosos, de acordo com o artigo 19, incisos I, II e III desta constituição:

Art. 19 É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

Recusar fé aos documentos públicos;

Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

Estes artigos apontam que as diferentes religiões estão sob a autoridade do Estado brasileiro, mostrando a importância da laicidade como meio de proporcionar a boa convivência na sociedade. No inciso I quando este refere-se a embaraçar-lhes o funcionamento, significa restringir, vedar, limitar a prática psíquica ou material dos religiosos.

Portanto na prática, o que vem acontecendo é diferente do que está assegurado por lei, podemos citar alguns exemplos de atentado ao Estado laico que são representados pelos diferentes símbolos religiosos expostos em repartições públicas, a expressão “Deus seja louvado”, nas cédulas do dinheiro brasileiro e no preâmbulo da Constituição de 1988, “[...] promulgamos, sob proteção de

Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil”. Estas atitudes contradizem os princípios de um Estado laico, havendo conflitos diante dessa situação.

Em se tratando de embates atuais, tem crescido nos últimos anos a violência contra homossexuais e de todos que fogem dos padrões estabelecidos relacionados a sexualidade, de acordo com uma pesquisa realizada por Mott (2000), a qual afirma que o Brasil é o país que apresenta o maior número de violência contra a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

Em outra pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) nas escolas de treze capitais brasileiras e no Distrito Federal com 16.422 alunos, foi obtido o seguinte resultado: cerca de $\frac{1}{4}$ destes, não gostariam de ter um colega de classe que fosse homossexual. Este pensamento e tipo de comportamento não deve prevalecer nos espaços escolares, pois este é um local que deve proporcionar a comunidade escolar o bem estar e a harmonia. Segundo Marshall (1967, p. 64):

[...] O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo na herança social e levar uma vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas a ele são o sistema educacional e os serviços sociais.

Em meio a essa problemática, recentemente uma onda conservadora de princípios fundamentalistas tem infringido de alguma forma a manifestação da tolerância e da diversidade no espaço escolar, isto é, por meio da política e de seus representantes nas câmaras municipais, no senado e na câmara dos deputados.

Foi elaborado o kit anti-homofobia, que consistia em um material que seria distribuído a alunos do ensino fundamental e médio cujo propósito seria o ensino para a diversidade e quebra de pos-

síveis preconceitos e violência contra os homossexuais e as novas formas de família.

Porém setores conservadores da sociedade buscaram de todas as formas barrarem este projeto, até o momento de ser votado, quando estes ameaçaram não participar do pleito e pressionar a presidenta Dilma Rousseff vetar o referido material, pois acreditavam que este seria uma forma de influenciar os alunos na sua sexualidade, concepção totalmente errônea sobre o real propósito do projeto. A presidenta não teve outra escolha e cedeu a pressão da Bancada Evangélica, engavetando o projeto.

Esta atitude da Bancada Evangélica demonstra a sua real face, reacionária e fascista, preocupados com a “moral e os bons costumes”, seguidores do modelo judaico-cristão, homogeneizadores do Estado e ditadores da ordem, querem empregar seus ideais a todos em detrimento da maioria que fogem dos moldes cristãos-ocidentais.

Há outras questões divulgadas na grande mídia, dentre elas o caso divulgado em um site cristão,¹ a notícia apresentava um projeto elaborado pelo Deputado Kennedy Nunes (PSD) apresentado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o qual tratava-se da distribuição de kits bíblicos para alunos de faixa etária ente 06 à 12 anos da rede estadual, segundo ele, esta proposta contempla “todas as religiões”, quando esta da “liberdade” dos alunos escolherem a bíblia na versão católica ou evangélica.

Esta ação gerou polêmica na mídia, pois essa proposta não contemplaria todas as religiões, pois estas não resumem-se apenas no cristianismo. Sobre as críticas o deputado rebateu em seu twitter: “Qual o problema em falar de religiosidade nas escolas? Querem falar de sexualidade e até de gêneros e por que a religião não?”. O ensino religioso nas escolas deve contemplar todas as religiões, não utilizando um caráter proselitista de uma religião predominante e não deve ser direcionada como forma de doutrinação.

¹ **Kit bíblico em escolas públicas.** <http://noticias.gospelprime.com.br/projeto-kit-biblico-escolas-publicas/#>>

Em todos os casos citados nesse trabalho, desde o início da colonização e catequização dos habitantes do Brasil pelos jesuítas da Companhia de Jesus até os dias atuais, buscou-se mostrar a importância de um Estado democrático e laico, cujo objetivo é a tolerância e a boa convivência entre as diferentes religiões e formas de pensamento, dentre outros embates atuais como o Projeto de Lei da Câmara (PLC 122/2006), que era um projeto em trâmite que visava criminalizar a homofobia dentre outras formas de discriminação relacionados a orientação sexual ou de identidade de gênero, criado em 2006 pela Deputada Iara Bernardi (PT-SP) e a concordata Brasil/ Vaticano, criado em 2009, Estatuto que busca legislar o ensino católico nas escolas públicas do país como disciplina facultativa. Estes são assuntos polêmicos em nossa sociedade plural e diversa, pois envolve política e religião e as suas implicações na vida pública e privada dos indivíduos na sociedade.

Conclusão

Este trabalho apontou questões básicas sobre o Estado laico e os embates que o impedem de acontecer, esses embates refletem em toda a sociedade e nas instituições públicas, a escola, como local de formação de cidadãos também é vítima do domínio religioso, dogmático e moral, disseminando a proliferação de uma ideologia hegemônica e conservadora, a religião.

Ao longo do texto foram apontados fatos históricos que marcava o período da escolarização e os reflexos do contexto histórico, cultural e político que influenciou as formas escolares atuais, dentre elas a educação religiosa de raiz cristã, provindas do continente europeu, também foram abordados os primeiros indícios de um Estado laico, com a Reforma Pombalina, porém as fragilidades da formação dos docentes nesse período bem como um paralelo entre os nossos dias impediu que estes desenvolvessem seu trabalho desapegado da religiosidade na práxis.

Também foram abordadas questões de embates na atualidade envolvendo a política e a religião e suas influências nas tomadas de decisões em questões públicas, envolvendo polêmicas no meio social, que é diverso e plural. A partir desta pesquisa concluímos que apesar das reformas e lutas por uma sociedade mais justa e democrática, ainda há o domínio ideológico religioso, conservador e machista quando os líderes impedem a laicidade acontecer

Referências bibliográficas

ALVES, Gilberto Luiz. **Origens da Escola Moderna no Brasil: A contribuição jesuítica**. Educ. Soc. Campinas-SP, vol.26 n.91, p.617-635, Maio/Agosto. 2005.

ARENILLA, Louis 2000. **Laicidade**. In *Dicionário de Pedagogia*. Lisboa: Instituto Piaget:296-299.

BARBOSA, Maria Simara Torres. **História da educação** / Maria Simara Torres Barbosa. – São Luís: UemaNet, 2010.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MOTT, Luiz. **Assassinato de Homossexuais**: Manual de coleta de informações, sistematização e mobilização política contra crimes homofóbicos. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2000.

RANQUETAT Jr, Cesar. Religião em sala de aula: O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. CSONline, Revista Eletrônica de Ciências Sociais. V. 01, p. 163-178, 2007.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Revista HISTEDBR On-line. n. especial, p.188-204, ago. 2006 – ISSN: 1676-2584.

WEREBE, Maria José Garcia. 30 Anos Depois-Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil, São Paulo, Ática, 1994.

Kit bíblico em escolas públicas. Disponível em: <<http://noticias.gospelprime.com.br/projeto-kit-biblico-escolas-publicas/#>> Acesso em: 17 de abril de 2014.